

GESTÃO SISTÊMICA EM MUNICÍPIO RIBEIRINHO - O Plano de Ações Articuladas no Município de Portel-Pá no Arquipélago do Marajó

José Carlos Martins Cardoso
josecarlos@ufpa.br

Jorge Antônio Lima de Jesus
pedagogojorgelima@gmail.com

INTRODUÇÃO

Esse estudo foi realizado no município de Portel, que fica localizado no Arquipélago do Marajó, para analisar o Plano de Ações Articuladas - PAR na dimensão da gestão educacional. Abstraímos uma parte do estudo realizado de uma tese de doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, que tratou sobre as especificidades da dimensão da gestão educacional, principalmente de um município ribeirinho, com toda as dificuldades apresentadas.

O Município de Portel-Pá foi escolhido como lócus da pesquisa porque apresentou resultados que expressaram preocupações emergenciais entre os 17 municípios da região do Marajó. Tais resultados se concentraram na dimensão da gestão educacional, com índices extremamente preocupante em todas as áreas que compunham o plano.

O fato de apresentá-lo em tempos difíceis em que estamos vivenciando, nos leva a refletir sobre a enorme dificuldade que passaram os gestores municipais já nos meados de 2014, em que foi proposto um novo PAR. Atualmente os monitoramentos são realizados de forma digital, mantendo ao mesmo tempo, nesse contexto, uma aproximação pelo meio digital (problemas de acesso até hoje nos municípios ribeirinhos) e um distanciamento pelas longínquas distâncias dos rios entre as cidades.

O estudo sobre o PAR leva a entendê-lo como um instrumento orientador da ação educacional de uma sociedade, que reflete e traduz princípios políticos, ideológicos, concepções, diretrizes, objetivos e metas

reveladores das tensões, conflitos e da dinâmica das forças sociais de um país, nos leva ainda a adotar um estudo crítico com uma abordagem qualitativa, pois segundo CHIZZOTTI (P.25,2005) *“parte do fundamento que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto (...)”*.

Partindo dessa premissa, se fez necessário realizar a revisão bibliográfica e de literatura, e ambas forneceram o levantamento dos aportes teóricos que foram utilizados no processo de interlocuções entre os autores e bibliografias elencadas e produzidas no âmbito das políticas públicas (periódicos da Capes; sítio do FNDE –Módulo - PAR; Teses e Dissertações).

DESENVOLVIMENTO

Incursionando por esta região conhecida por amazônica, nos atemos a um espaço flutuante de uma beleza inigualável, que reúne um conglomerado de ilhas: Santa Cruz do Arari, Cachoeira do Arari, Salvaterra, Soure, Ponta de Pedras, Anajás, Portel, Breves, Currealinhos, São Sebastião da Boa Vista, Afuá, Chaves, Melgaço, Gurupá, Bagre, Muaná, formando arquipélago do Marajó, na foz do rio Amazonas, próximo do grande lago Arari, cujos limites municipais são feitos por rios e igarapés. O município de Portel destaca-se como parte desse arquipélago, com inundações periódicas características com inúmeras habitações em palafitas, e muitos morros artificiais, denominados tesos, onde os marajoaras se refugiam, em períodos de inundação.

No Quadro abaixo, apresenta-se toda a estrutura da dimensão da Gestão Educacional com as suas 05 (cinco) áreas de atuação e seus 20 indicadores de acordo com cada área.

ÁREAS	INDICADORES
1. Gestão Democrática: Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino	1. Existência de Conselhos Escolares (CE).
	2. Existência, composição e atuação do Conselho Estadual de Educação.
	3. Composição e atuação do Conselho de Alimentação Escolar – CAE.

	4. Existência de Projeto Pedagógico (PP) nas escolas e grau de participação dos professores e do CE na elaboração dos mesmos; de orientação da SEE, e de consideração das especificidades de cada escola.
	5. Critérios para escolha da Direção Escolar.
	6. Existência, acompanhamento e avaliação do Plano Estadual de Educação (PEE), desenvolvido com base no Plano Nacional de Educação – PNE.
	7. Plano de Carreira para o magistério.
	8. Estágio probatório efetivando os professores e outros profissionais da educação.
	9. Plano de Carreira dos Profissionais de serviço e apoio escolar.
2. Desenvolvimento da Educação Básica: ações que visem a sua universalização, a melhoria das condições de qualidade da educação, assegurando a equidade nas condições de acesso e permanência e conclusão na idade certa.	1. Implantação e Organização do ensino fundamental de 09 anos.
	2. Existência de atividades no contra turno.
	3. Divulgação e Análise dos resultados das avaliações oficiais do MEC.
3. Comunicação com a Sociedade	1. Existência de parcerias externas para realização de atividades complementares.
	2. Existência de parcerias externas para execução/adoção de metodologias específicas.
	3. Relação com a comunidade/ Promoção de atividades e utilização da escola como espaço comunitário.
	4. Utilização de espaços e equipamentos públicos pela comunidade escolar.
4. Suficiência e estabilidade da equipe escolar	1. Quantidade de professores suficiente.
	2. Cálculo anual/semestral do número de remoções e substituições de professores.
5. Gestão de Finanças	1. Cumprimento do dispositivo constitucional de vinculação dos recursos da educação.
	2. Aplicação dos recursos de redistribuição e complementação do FUNDEB. Total de Indicadores da Dimensão.

Fonte: SIMEC/MEC/2010

Ressalta-se que nessa estrutura do PAR, ficou demonstrado que o município de Portel alcançou os menores índices, conforme os critérios adotados para a dimensão da gestão educacional.

Tais estruturas sistêmicas se caracterizam pelo conjunto de ações e subações pré-estabelecidas; pontuações atribuídas pelo Comitê Local do

Compromisso nas dimensões (Gestão Educacional); Relatórios públicos; Plataforma de acompanhamento e controle; e Elaboração do PAR. Foram organizadas e estruturadas sob os moldes da concepção de um planejamento estratégico. O PAR, oriundo dessa estrutura, apresenta um conjunto de ações e subações pré-estabelecidas dentre as quais, os municípios brasileiros poderiam ou não ser contemplados, dependendo das respostas ou pontuações atribuídas pelo comitê local do compromisso nas dimensões afins.

Daí haver uma dependência do PAR enquanto um instrumento de planejamento estratégico no âmbito das esferas públicas. Durante o processo de implementação e elaboração do PAR dos municípios, verificou-se diversas interferências do poder municipal na consecução do Plano articulado do município, uma vez que, na definição do Comitê Local, as equipes eram montadas às pressas e com a indicação do Poder executivo municipal, com a intenção de apresentar uma pseudo realidade educacional local muito bem organizada e bem gerida.

A partir dos diagnósticos elaborados, demonstraram-se realidades diferentes ou até mesmo idênticas, mas cada uma dentro de suas especificidades locais. Tais realidades refletiram aquilo que previamente foi pensado e construído para parecerem perfeitamente adequadas à proposta de intervenção do governo federal, por meio do Sistema de Monitoramento do Ministério da Educação - SIMEC - módulo PAR. Esse módulo PAR é comparado a um sistema tecnológico-operacional e sistêmico, que dispõe de todas as informações prévias, disponibilizadas para a elaboração do PAR.

RESULTADOS

Este estudo revelou que a implementação do PAR, como planejamento estratégico e sistêmico, sobrecarregava o ente federativo municipal, em razão da quantidade de demandas de ações, vinculada a uma quantidade excessiva de programas federais, fora da capacidade de gerenciamento do município. Tal situação evidenciou, três momentos distintos, que fortalecem a análise desse estudo. Primeiro, para cada dimensão do PAR, está determinado um

quantitativo de programas federais, que devem ser programados para a melhoria da qualidade da educação municipal e especificamente para os fins determinados, independente da condição real do município de realizá-las; Segundo, o conjunto de programas federais previstos no PAR para cada situação aludida, não chegaram no prazo previstos no PAR de Portel, em função da fragilidade da internet em municípios ribeirinhos, impossibilitando sua realização, e, Terceiro, o Plano não leva em consideração as condições geográficas específicas da região.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação: **instrumento de campo**. Ministério da Educação. Brasília, setembro de 2007.

CARDOSO. José Carlos Martins. **Plano de Ações Articuladas (PAR): política sistêmica do PDE. O caso do município de Portel no Arquipélago de Marajó**. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2013.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo. Cortez, 5.Ed. 2005.